



## Trabalho decente e juventude na América Latina

*Organização Internacional do Trabalho (OIT)*

*110 págs.*

*Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)>.*

A pesquisa Juventude e Integração Sul-americana constatou que emprego estável é uma das principais demandas das pessoas de 15 a 29 anos. O relatório *Trabalho decente e juventude na América Latina*, produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), fornece dados que ajudam a entender o contexto no qual essa reivindicação é formulada, com informações e análises fundamentais para discutir políticas públicas para o continente.

Há 106 milhões de jovens na América Latina, que sofrem com taxa de desemprego de 16% – o triplo da média da população. Ao longo desta década, a economia da região cresceu a bom ritmo, mais de 4% ao ano, impulsionada pela alta demanda internacional por produtos agrícolas, minerais e por combustíveis. Em países como Brasil e Peru, o ciclo vem sendo acompanhado por expressivo aumento do emprego formal.

Contudo, a prosperidade não alcançou a juventude. Segundo afirma o relatório: “O que mais distingue os jovens dos adultos é o tipo de emprego ao qual têm acesso. Dois de cada três jovens trabalham em atividades informais, nas quais freqüentemente a remuneração é menor do que um salário mínimo e sem a cobertura da seguridade social” (p.38). Por isso, a renda da juventude é apenas 56% da recebida pelas pessoas adultas.

Tal fragilidade diante do mercado explica porque jovens aceitam empregos que pessoas adultas recusam, como vimos na pesquisa no caso dos cortadores de cana (exigência de força física) e telemarketing (estresse emocional, horários pouco usuais). As pessoas se adaptam diante das poucas oportunidades e, freqüentemente, se consolam pensando que permanecerão nelas por pouco tempo, só até completar os estudos ou encontrar outro emprego.

O retrato da juventude trabalhadora mostra impacto de fortes discriminações de gênero e de etnia. Entre as mulheres, o emprego mais comum é o de empregada doméstica ou servente em empresas. Observamos na pesquisa a situação das jovens indígenas na Bolívia, que vêm nessas atividades a maneira de sair da zona rural e entrar no mundo urbano. O racismo é um componente essencial nesse tipo de estratégia: em muitos casos, as mulheres negras ou indígenas só conseguem trabalho como domésticas.

Não há uma ocupação para os homens que exerça papel semelhante ao de empregada. Os rapazes, em geral, encontram trabalho no comércio ou nos serviços, desempenhando funções como vendedor, auxiliar de escritório, balconista. É muito comum a realização de pequenos biscates, ganhando dinheiro quando é possível – cenário comum, por exemplo, entre a juventude da região metropolitana de Buenos

---

Aires, na Argentina, organizados no movimento Jovens de Pé.

Cerca de 20% das pessoas jovens na América Latina não estudam nem trabalham. As mulheres constituem espantosos 72% desse total, o que a OIT explica pelas discriminações que enfrentam, como maior índice de abandono escolar e “pelas maiores dificuldades que têm em ingressar no mercado de trabalho. Muitas vezes, por padrões culturais, atribuem-se às mulheres tarefas domésticas e no interior das famílias, que assumem também ao se casarem e/ou terem filhos” (p.40).

A grande quantidade de pessoas jovens em situação de risco social agrava o problema da violência e do crime. A América Latina não é a região mais perigosa do planeta – a não ser para a juventude. Os dados mostram que o continente ocupa o primeiro lugar entre mortes violentas de pessoas de 15 a 24 anos, bem à frente da África.

As dificuldades enfrentadas pela juventude latino-americana levam muitas pessoas a emigrar e tentar encontrar em outros países melhores possibilidades de trabalho, escola ou serviços de saúde. A tendência também ocorre porque os meios de comunicação disponibilizam muitas informações sobre a vida no exterior, em especial nos Estados Unidos e na Europa, apresentando essas regiões sob perspectiva favorável. A ONU estima que um terço de todas as pessoas migrantes são jovens e o percentual sobe para 50% se for considerada a faixa etária até 29 anos.

Para a OIT, “o trabalho decente é um conceito dinâmico, uma trajetória, antes que um estado ou situação” (p.50). Mais do que um emprego com bom salário e condições dignas, trata-se da inserção social que privilegia oportunidades de educação, convívio com família, desenvolvimento de amizades e da personalidade de cada um(a).

Alcançar esses objetivos requer mudanças macroeconômicas, diz a OIT no relatório, pois o modelo latino-americano atual, baseado na exportação de *commodities* de baixo valor agregado, não consegue gerar empregos suficientes para a população, muito menos para a juventude. A Organização preconiza o incentivo a setores econômicos intensivos em mão-de-obra, como manufatura e serviços, e o desenvolvimento de políticas públicas que aproximem jovens e empresas, facilitando a contratação de pessoal. Avalia medidas tomadas pelos governos do continente que, em geral, envolvem a concessão de benefícios fiscais a empresas que contratem jovens como aprendizes (ver quadro-resumo às páginas 63, 65 e 67).

Segundo o relatório, tais iniciativas têm méritos, como inserir parte da juventude no mercado de trabalho, mas apresentam problemas sérios, como a falta de políticas específicas para as mulheres e por muitas vezes não significarem a continuidade da formação profissional da juventude – apenas sua inserção em emprego de baixo salário, sem perspectivas de crescimento.

A OIT critica países que adotaram reduções no salário mínimo de pessoas jovens, como o Chile, mostrando que a medida não aumentou o emprego. Recebem elogios programas que estimulam o desenvolvimento juvenil, como o acesso à universidade (ProUni, no Brasil) e de criação de pequenas empresas por jovens (Colômbia, Chile e Peru). Enfim: o caminho pela melhor inserção da juventude passa por mais proteção social e direitos trabalhistas.

Maurício Santoro

Cientista político, pesquisador do Ibase